ReDem
INCT | Representação e Legitimidade Democrática

Nota Metodológica
Índice de Influência Parlamentar (IFI)

Júlio Canello
IESP-UERJ

Maiane Bittencourt
UFPR

abril, 2025

Lista de Siglas

CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
IFI	Índice de Influência Parlamentar
MP	Medida Provisória
OLB	Observatório do Legislativo Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PLP	Projetos de Lei Complementar

Sumário

1. O que é 4
2. Objetivos e estrutura básica 4
3. Dados utilizados e fontes 6
4. Variáveis componentes do Índice e pesos atribuídos 7
4.1 Cálculo do Índice 9
4.2 Dimensões e variáveis 9
5. Etapas e rotinas da produção do indicador 11
6. Especificação para ênfase temática 14
7. Relação de variáveis (livro-código) 15

1. O que é

O Índice de Influência Parlamentar (IFI) é uma medida da influência de deputados federais brasileiros no processo legislativo na Câmara dos Deputados, com base em suas posições institucionais (atuais e passadas). O índice é um valor numérico que varia de 0 a 10, refletindo a potencial influência do parlamentar no processo legislativo. Quanto mais alta a pontuação, mais significativas são e foram as funções desempenhadas pelo parlamentar na estrutura institucional do Legislativo. Por consequência, espera-se que parlamentares com maiores *scores* sejam mais relevantes no processo legislativo em comparação aqueles com menores *scores*.

2. Objetivos e estrutura básica

A finalidade principal do IFI é categorizar os(as) deputados(as) federais brasileiros(as) em termos de influência no processo legislativo. Utilizando um sistema de pontuação, o índice leva em consideração cargos e posições institucionais relevantes que o parlamentar em exercício ocupa atualmente e/ou ocupou no passado, desde a 51ª legislatura, iniciada em 1999.

O IFI está em fase de validação e desenvolvimento. Trabalhamos para expandir o escopo do indicador, agregar novos dados e informações, bem como produzir resultados com ênfase em áreas temáticas específicas, permitindo identificar a influência político-institucional diferenciada de parlamentares em temas como Direitos Humanos, Saúde, Meio Ambiente, entre outros. Nossos objetivos também incluem realizar um recorte focado na representação de grupos minoritários, permitindo compreender a influência de mulheres, negros e indígenas na Câmara dos Deputados.

Conceitualmente, para este índice, influência é o quanto o(a) parlamentar atua em cargos que garantem prerrogativas superiores em relação aos(as) demais membros da Casa, especialmente em cargos de

liderança, seguindo as indicações de Frantzich (1979)[1] e Meyer (1980)[2]. Como estrutura básica do indicador, levamos em conta um conjunto de posições institucionais de destaque ocupadas pelos deputados. São elas: presidente da mesa diretora; líder do governo; líder da maioria; líder de partido/bancada; presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC); presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO); presidente de Comissões Permanentes; líder da oposição; líder da minoria; presidente da Coordenadoria dos Direitos das Mulheres (CDM); relatorias da Lei de Orçamento Anual e relatorias de projetos de lei, de lei complementar, medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição que tramitaram durante a legislatura sob análise.

Empregamos um método posicional para a seleção e hierarquização dos cargos/funções considerados relevantes. Os critérios de seleção consideram a concentração de poder político do cargo; a característica de liderança unitária (apenas um(a) político(a) pode assumir por vez); e a duração da posição (não ser temporária). Já os critérios de hierarquia levam em conta a concentração de poder administrativo; a capacidade de alterar/influenciar decisões; e a capacidade de selecionar/alterar políticos e projetos de outros cargos e situações.

A pontuação atribuída a esses cargos e posições segue uma ordem de importância, considerando, quando necessário, os pesos das bancadas partidárias, assim como o total de deputados federais em exercício e a composição (número de membros titulares) da respectiva Comissão em análise. Além disso, a ocupação de cargos e posições em legislaturas passadas também é considerada, atribuindo-lhes um valor menor à medida que a legislatura se distancia no tempo. A obtenção de dados referentes ao processo legislativo, em especial quanto às relatorias em proposições, é verificada até o momento mais atual da disponibilização dos dados por parte

[1] FRANTZICH, S. 1979. Who Makes Our Laws? The Legislative Effectiveness of Members of the U.S. Congress. Legislative Studies Quarterly, 4 (3).
[2] MAYER, K. 1980. Legislative Influence: Toward Theory Development through Causal Analysis. Legislative Studies Quarterly, 5 (4).

da Câmara dos Deputados. Assim, buscamos atribuir pontuações no Índice aos(as) 513 deputados(as) em exercício do mandato naquela data.

3. Dados utilizados e fontes

Para obter as informações necessárias à operacionalização do índice, ou seja, para identificar se e quando cada parlamentar em exercício ocupa ou ocupou cada uma das posições institucionais consideradas no indicador, consultamos, basicamente, duas fontes de dados: o serviço de Dados Abertos da Câmara dos Deputados e o acervo de dados legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Na primeira fonte de dados, são obtidas as informações sobre a presidência das comissões permanentes selecionadas para composição do índice, da Coordenadoria dos Direitos da Mulher, bem como as relatorias de projetos de lei, de lei complementar, medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição. O principal diferencial de empregar o serviço de Dados Abertos é possibilitar uma atualização sistemática (até mesmo diária) dos registros relativos às comissões e às relatorias de projetos. Além disso, os dados abertos permitem a identificação dinâmica dos projetos legislativos em tramitação, oferecendo os identificadores básicos para "raspar", nas páginas de tramitação de cada proposição, os registros referentes às relatorias.

Já o acervo de dados legislativos do CEBRAP é utilizado para obtenção das informações relativas à ocupação de cargos de liderança nas legislaturas anteriores e para checagem de outros dados. Por fim, o Portal da Câmara dos Deputados também é consultado para checagem de informações, especialmente quanto à ocupação das lideranças no período atual (governo, oposição, maioria, minoria, partidos e bancadas), assim como as relatorias das Leis de Orçamento Anual e presidência da Comissão Mista de Orçamento.

As informações individuais de cada parlamentar são registradas em tabelas posteriormente empregadas na operacionalização do IFI. A coleta e organização dos dados provenientes do serviço de Dados Abertos da

Câmara, relativos às comissões, assim como das páginas de tramitação de projetos, referentes às relatorias, são realizados por meio de rotinas programadas em linguagem R. A seção 5 deste documento descreve quais etapas e rotinas são empregadas para a produção do indicador.

4. Variáveis componentes do Índice e pesos atribuídos

Em sua parte básica, a composição do Índice tem como ponto de partida um conjunto de variáveis binárias, identificando a ocupação (ou não) de determinadas posições institucionais na Câmara dos Deputados. A cada uma dessas posições é atribuído um valor distinto (pontuação), que busca aferir a importância relativa de cada uma dessas posições para o processo legislativo. A tabela abaixo indica os cargos e respectivas pontuações.

Tabela 1. Pontuações Atribuídas às Posições Institucionais Atuais na Câmara dos Deputados para o Cálculo do IFI

Posição atual	Pontuação
Presidente da Mesa	1
Líder do Governo	0,59
Líder da Maioria	X/513*
Líder de Partido	0,55/0,28/0,17*
Presidente da CCJC	0,47
Presidente da CMO	0,43
Presidente de Comissão Permanente	(X/513)/3*
Relator Geral da CMO	0,21
Líder da Oposição	0,19
Líder da Minoria	X/513*
Coordenadoria dos Direitos da Mulher	0,15

* X representa o número de membros da maioria, das comissões permanentes ou da minoria, respectivamente. A pontuação para líder de partido é função do tamanho da bancada partidária, segmentada em três grupos, grande (0.55), médio (0.28) e pequeno (0.17).

Fonte: INCT ReDem e OLB-IESP.

Enquanto a pontuação acima descrita indica os valores atribuídos à ocupação atual das posições institucionais de interesse (primeiro biênio da legislatura em análise), também são atribuídas pontuações para a ocupação

pregressa desses mesmos cargos/funções. Utilizamos uma regra de desconto pela metade a cada legislatura precedente, até a 51ª, iniciada em 1999. Assim, a ocupação da presidência da mesa diretora da Câmara, enquanto conta com a pontuação 1 para a 57ª legislatura, por exemplo, possui os valores 0,5 para a 56ª, 0,25 para a 55ª, 0,125 para a 54ª e, assim, sucessivamente. Com essa sistemática, buscamos incorporar a *expertise* dos parlamentares, conferindo maior peso às atribuições institucionais mais recentes *vis-a-vis* aquelas mais antigas. Desse modo, os componentes básicos do índice são os *scores* obtidos para cada uma dessas posições institucionais na legislatura atual e nas anteriores.

Por outro lado, o número de relatorias em PLs, PLPs, MPs e PECs possui natureza distinta, não se tratando de variáveis dicotômicas. Além disso, a importância relativa de diferentes tipos de proposição legislativa também pode ser assumida como diferenciada. Por exemplo, uma proposta que modifique o texto constitucional carrega, presumidamente, uma importância político-institucional maior do que um projeto de lei aprovado por maioria simples. Por conta disso, também podemos inferir que tais atividades não são diretamente comparáveis. Nesses casos, ou seja, tratando de variáveis de contagem de importância ou natureza distinta, é recomendável realizar uma padronização.

Matematicamente, padronizar os valores de uma medida X consiste em subtrair desses valores a média de X e dividir o resultado pelo desvio padrão de X. Para variáveis de contagem, tais como o número de relatorias, em razão de os dados geralmente apresentarem sobredispersão (variância maior que a média), o procedimento mais apropriado de padronização é a transformação da medida no resíduo *deviance* (d). Os parâmetros das contagens relativas a relatorias em PLs, PLPs, MPs e PECs foram estimados de um modelo de regressão Binomial Negativo contendo apenas a constante. Por fim, para obtenção dos valores finais utilizados no cálculo do Índice para cada uma dessas variáveis, multiplicamos os resíduos dos modelos estimados pelas seguintes pontuações: 0,23 para PEC; 0,19 para PLP; e 0,15 para PL e MP.

Produzimos estimativas separadas para cada um dos 4 tipos de proposições legislativas em dois grupos: relator(a) na CCJC e relator(a) em outras Comissões. Com isso, as relatorias fornecem 8 componentes adicionais ao Índice de Influência, permitindo a classificação também de parlamentares que não ocupam ou ocuparam posições de liderança nem presidência de comissões.

4.1 Cálculo do Índice

Obtidos todos os componentes conforme a sistemática descrita no ponto anterior, o cálculo do índice corresponde à média ponderada dos valores. Ao fim, para facilitar a visualização dos resultados numa escala numérica mais amigável, efetuamos um reescalonamento dos *scores* com valor máximo de 10 e mínimo de 0.

4.2 Dimensões e variáveis

Aqui apresentamos a estrutura geral das dimensões e variáveis que compõem a base de dados utilizada para o cálculo do Índice de Influência Parlamentar (IFI). Cada dimensão agrupa um conjunto específico de informações relacionadas à atuação dos deputados federais brasileiros, de acordo com a metodologia descrita no documento.

Tabela 2. Dimensões e Variáveis Utilizadas para Construção do Índice de Influência Parlamentar (IFI)

Dimensão	Variáveis
Identificação Básica	ID, nome, partido, UF, condição eleitoral, CPF
Dados Pessoais	Sexo, data de nascimento, escolaridade
Posições e Lideranças Atuais	Presidência da Mesa, Comissões, Lideranças
Histórico de Lideranças	Atuação em cargos de liderança nas legislaturas anteriores
Atuação Legislativa	Relatorias de proposições (PLs, PECs, PLPs, MPVs) na Câmara
Indicadores de Influência	Médias, somatórios e cálculo final do Índice de Influência

Fonte: INCT ReDem e OLB-IESP.

1. **Identificação Básica:** reúne variáveis fundamentais para a identificação do parlamentar, incluindo ID único atribuído pela Câmara dos Deputados, nome político, partido, unidade da federação (UF), condição eleitoral (titular ou suplente) e CPF. Essas informações são essenciais para individualizar e rastrear cada deputado ao longo das legislaturas analisadas.
2. **Dados Pessoais:** abrange características sociodemográficas dos parlamentares, como sexo, data de nascimento e grau de escolaridade. Esses dados permitem análises adicionais sobre a composição social e política da Câmara dos Deputados.
3. **Posições e Lideranças Atuais**: contempla as variáveis relacionadas às posições institucionais ocupadas no momento da análise, como a presidência da Mesa Diretora, presidências de comissões e lideranças de bancadas partidárias ou blocos, maioria, minoria, governo e oposição. Essas funções são especialmente relevantes porque concentram poder político e capacidade de influência legislativa no período em análise.
4. **Histórico de Lideranças**: agrupa informações sobre a atuação passada dos parlamentares em cargos de liderança, levando em conta todas as legislaturas desde a 51ª (1999). Esses dados permitem captar a experiência acumulada e atribuir peso reduzido a funções ocupadas em legislaturas anteriores, conforme a regra de desconto aplicada no índice.
5. **Atuação Legislativa:** refere-se ao desempenho dos parlamentares como relatores de proposições legislativas, incluindo projetos de lei (PLs), propostas de emenda à Constituição (PECs), projetos de lei complementar (PLPs) e medidas provisórias (MPVs). Essa dimensão é fundamental para medir a participação direta na tramitação e deliberação legislativa.

Indicadores de Influência: reúne os resultados numéricos do índice, incluindo as médias, somatórios e o cálculo final do IFI. Esses indicadores são

resultado da aplicação de pesos e fórmulas, permitindo comparar a a potencial influência de cada parlamentar numa escala de 0 a 10.

Em conjunto, essas dimensões fornecem uma visão macro e operacionalizável da influência político-institucional dos deputados federais, respeitando os critérios e procedimentos metodológicos no desenvolvimento do IFI.

5. Etapas e rotinas da produção do indicador

Como indicado na seção 3, utilizamos dados de duas fontes: (*1*) o acervo de dados legislativos do CEBRAP e (*2*) as informações diretas da Câmara dos Deputados, via Dados Abertos ou nas páginas de andamento de proposições legislativas. Para consultar os dados da Câmara dos Deputados empregamos uma rotina escrita em linguagem R, num primeiro momento dedicada a "raspar" as relatorias em projetos legislativos e em uma segunda fase voltada à consulta de informações sobre presidências em comissões. Por fim, a construção da tabela final de variáveis e o cálculo do índice de influência também é executado em R. Esta seção descreve tais procedimentos.

A primeira etapa do processo de produção do IFI é a obtenção das informações sobre relatorias. Para tal finalidade, consideramos a totalidade dos parlamentares da legislatura atual, cujos nomes e ids são obtidos em consulta aos dados abertos, empregando a função *get_deputies_bios* do pacote OLB[3]. Na sequência, relacionamos todos PLs, MPVs, PLPs e PECs apresentadas entre 1985 e o ano corrente (2024) com base nos arquivos .csv disponibilizados pela Câmara. Em seguida, filtramos apenas aquelas proposições cujo andamento mais recente tenha ocorrido na atual legislatura, ou seja, com data posterior a 31 de janeiro de 2023. Na sequência, para facilitar o processamento de dados, os arquivos *html* de cada uma dessas proposições são baixados localmente.

Para cada arquivo *html* de proposição legislativa, raspamos o texto das linhas contidas na tabela de andamento que contém informação sobre

[3] https://github.com/iesp-uerj/olb/

relator ("Designado Relator|Desginada Relatora"). Extraímos o texto com base nesses padrões e algumas variações, de modo a incluir também relatores de redação final e relatores do vencedor. Os resultados obtidos são unidos à tabela contendo nomes e ids dos parlamentares da atual legislatura. Na sequência, como a união entre essas tabelas não é perfeita por conta de variações na denominação do parlamentar ou mesmo erros de grafia e registro, procedemos a uma verificação manual para preencher os ids faltantes. Efetuada essa conferência, unimos os dados novamente para obter uma tabela de relatorias que registra a data do andamento, o id da proposição, o órgão de tramitação (qual comissão, por exemplo), o nome do relator e seu id. Nesta tabela, classificamos as relatorias no âmbito da CCJC, aquelas nas comissões temáticas quando for o caso de enfatizar o tema (ver seção seguinte), e as demais. Por fim, obtemos a contagem, por parlamentar, para cada tipo de proposição (PEC, PL, PLC e MP) e para cada tipo de comissão (CCJC, temática, demais).

Uma vez coletados os dados brutos e organizada a contagem de relatorias, a etapa seguinte é a obtenção dos *scores* relativos às relatorias que compõem o cálculo do IFI. Para isso, estimamos modelos de regressão binominal negativa, apenas com a constante, utilizando a função glm.nb() do pacote MASS. Os resíduos são normalizados com a função normalize() do pacote BBmisc pelo método *range* para o intervalo entre 0.001 e 1. Os resíduos normalizados são, finalmente, multiplicados pelo peso correspondente a cada tipo de proposição. Isso encerra a etapa de produção dos *scores* para relatorias.

Na etapa seguinte, são coletadas as informações dos Dados Abertos da Câmara sobre as presidências das comissões, consultados os dados do CEBRAP sobre lideranças, e produzidos os *scores* correspondentes. Nosso ponto de partida, nessa fase, é o conjunto de deputados em exercício no momento da produção do indicador, cujas informações básicas são obtidas com a função *get_deputies_bios* do pacote OLB. Em seguida, usando uma função local, coletamos os arquivos csv que contém informações sobre as

comissões (OrgaosDeputadosXXXX.csv), considerando as legislaturas entre a 51ª e a 57ª. Filtramos os registros que indicam o cargo de "Presidente" e de "Coordenadora", bem como aqueles órgãos que correspondem às comissões permanentes.

Uma vez que os *scores* de presidências de comissões permanentes é função do tamanho da comissão ((n/513)/3, sendo n o número de titulares), é necessário obter esse quantitativo. Para tal, filtramos os registros apenas para membros titulares e empregamos uma função local para contar o número de membros titulares de cada comissão, mês a mês. Resumimos essa informação por comissão calculando a moda dessas contagens. Com esse procedimento, identificamos todos os presidentes de comissões e o número modal de membros titulares de cada uma delas.

Organizado esse dado, passamos ao cômputo dos *scores* correspondentes. Primeiro, filtramos apenas os atuais presidentes dos órgãos com valor fixo e atribuímos a pontuação correspondente em cada caso (Mesa Diretora = 1; CCJC = 0,47; CDMULHER = 0,15). Filtramos também os casos dos atuais presidentes das demais comissões permanentes e aplicamos a pontuação da fórmula indicada no parágrafo anterior. Depois, filtramos os presidentes com mandato encerrado, atribuímos a pontuação de cada caso seguindo os mesmos critérios já descritos e, adicionalmente, aplicamos um fator de desconto à metade para cada legislatura anterior à atual. Desse modo, os *scores* para as presidências em períodos anteriores recebem os seguintes multiplicadores conforme a legislatura: 56ª = 0,5; 55ª = 0,25; 54ª = 0,125; 53ª = 0,0625; 52ª = 0,03125; 51ª = 0,015625.

O passo seguinte é tratar os dados sobre lideranças e computar os scores correspondentes. Carregadas as informações obtidas junto ao CEBRAP, classificamos o tamanho de cada bancada partidária e atribuímos a pontuação correspondente para suas lideranças (0,55 partidos grandes; 0,28 partidos médios; 0,17 partidos pequenos). Atribuímos, também, a pontuação das lideranças de governo (0,29), oposição (0,19), maioria e

minoria[4]. Para as lideranças anteriores, também empregamos o mesmo fator de desconto à metade. Na sequência, carregamos os dados relativos às presidências e relatorias na Comissão Mista do Orçamento *quando as posições são ocupadas por deputados federais*. Atribuímos a pontuação correspondente e o fator de desconto para os anos anteriores.

Computados todos os *scores* necessários ao cálculo do índice, os dados são organizados em tabela única, contendo os valores aferidos para todos os parlamentares em exercício na data. Por fim, somamos a pontuação de cada deputado e calculamos a média ponderada de todos os componentes. O valor obtido corresponde ao *score* bruto do Índice de Influência Parlamentar. Para tornar mais prática a leitura e visualização dos resultados, o *score* bruto é reescalonado num intervalo com mínimo 0 e máximo 10.

6. Especificação para ênfase temática

A metodologia descrita até aqui permite o cômputo de um indicador geral para toda a legislatura, considerando a ocupação de cargos e funções relevantes ao processo legislativo pelos deputados e deputadas (presidências de comissões, lideranças, relatorias). Para esse indicador geral, as informações sobre as comissões são consideradas de maneira uniforme, sem diferença temática ou por área, restrita, também, às comissões permanentes.

Uma pequena variação nessa sistemática nos permite a produção de índices com ênfase temática, considerados como casos especiais do nosso indicador geral. Para isso, consideramos a(s) comissão(ões) permanente(s) do tema de interesse em separado das demais, bem como incorporamos à análise as comissões especiais, subcomissões especiais, subcomissões permanentes e comissões externas pertinentes ao tema. Atribuímos pontuação fixa para as presidências das comissões permanentes relativas ao tema de interesse (mesmo da CCJC, 0,23) e pontuamos as novas comissões

[4] Conforme apresentado na Tabela 1, esse cálculo é realizado com base na razão entre o tamanho de cada bancada e o total de membros da Câmara dos Deputados.

e subcomissões incorporadas com a mesma equação empregada às demais comissões. Assim, ao invés das presidências constituírem 3 categorias (CCJC, orçamento e permanentes), elas compreendem até 5 grupos adicionais (permanentes do tema, especiais, subcomissões especiais, subcomissões permanentes e externas), originando o mesmo número de novos componentes, ou *scores*, para o cômputo final do IFI.

O objetivo dessa especificação, considerando de maneira diferenciada o conjunto de comissões relativas a um determinado tema de interesse, é conferir maior peso e pontuação aos parlamentares que presidiram tais órgãos colegiados, sendo, portanto, mais influentes no processo legislativo que diz respeito a proposições e ações relacionadas ao assunto. Até o momento, o OLB produziu IFI temático para o meio ambiente[5]. Um desenvolvimento futuro nessa direção é incorporar, de maneira diferenciada, as relatorias de projetos da área de atenção.

7. Relação de variáveis (livro-código)

id (num.): identificador único do parlamentar atribuído pela Câmara dos Deputados.

ultimoStatus.nome (string): nome de uso político mais recente do parlamentar na Câmara dos Deputados.

ultimoStatus.siglaPartido (string): partido atual do parlamentar.

ultimoStatus.siglaUf (string): UF em que o parlamentar foi eleito.

ultimoStatus.condicaoEleitoral (string): informa se o parlamentar é titular ou suplente.

cpf (num.) CPF do parlamentar.

sexo (string): sexo do parlamentar

dataNascimento (date): data de nascimento do parlamentar.

[5] https://olb.org.br/parlamentares-mais-influentes-na-camara-dos-deputados-atuam-de-forma-positiva-ou-negativa-frente-ao-meio-ambiente/

escolaridade (string): grau de escolaridade do parlamentar conforme registrado pela Câmara dos Deputados.

idade (num.) idade do parlamentar.

desv.idade (num.) diferença entre a idade do parlamentar e a idade média.

preside_mesa (binário): 1 para atual presidente da mesa diretora; 0 para os demais parlamentares.

preside_CCJC (num.): *score* calculado para atual presidente da CCJC (0,47); 0 para os demais parlamentares.

preside_CDMULHER (num.): *score* calculado para atual presidente da Coordenadoria dos Direitos da Mulher (0,15); 0 para os demais parlamentares.

pres_cmo (num.): *score* calculado para atual presidente da Coordenadoria Mista do Orçamento, se deputado federal (0,43); 0 para os demais parlamentares.

preside_com (num.): *score* calculado para presidentes de Comissões Permanentes (pela fórmula (X/513)/3, em que X é o número de membros titulares da Comissão).

atual_lider (num.): *score* calculado para atuais líderes do governo, oposição, maioria, minoria e blocos/partidos, conforme pontuação descrita na tabela da seção 3.

mesa51 - mesa56 (num.): *score* calculado para presidentes da mesa diretora nas legislaturas anteriores, da 51ª a 56ª, conforme regra de desconto pela metade a partir da pontuação para atual presidente (1).

ccj51 - ccj56 (num.): *score* calculado para presidentes da CCJC nas legislaturas anteriores, da 51ª a 56ª, conforme regra de desconto pela metade a partir da pontuação para atual presidente (0,47).

mulher54 - mulher56 (num.): *score* calculado para presidentes da Coordenadoria dos Direitos da Mulher nas legislaturas anteriores, da 54ª, quando foi criada, a 56ª, conforme regra de desconto pela metade a partir da pontuação para atual presidente (0,15).

cmo51 - cmo56 (num.): *score* calculado para presidentes da Coordenadoria Misto do Orçamento nas legislaturas anteriores, da 51ª a 56ª, conforme regra de desconto pela metade a partir da pontuação para atual presidente (0,43).
loa54 - loa57 (num.): *score* calculado relatores da Lei do Orçamento Anual nas legislaturas anteriores, da 51ª a 56ª, bem como na atual (57ª) conforme regra de desconto pela metade a partir da pontuação do atual relator (0,21).
comissao51 - comissao56 (num.): *score* calculado para presidentes de Comissões Permanentes nas legislaturas anteriores, da 51ª a 56ª, conforme regra de desconto pela metade a partir da pontuação para atual presidente.
lider51 - lider57 (num.): *score* calculado para líderes do governo, oposição, maioria, minoria e blocos/partidos nas legislaturas anteriores, da 51ª a 56ª, conforme regra de desconto pela metade a partir da pontuação para líderes atuais.
scores_ccjpec (num.): *score* calculado para relatorias, na CCJC, de Propostas de Emendas à Constituição. Corresponde aos resíduos normalizados estimados por Binomial Negativa apenas com a constante, multiplicado por 0,23.
scores_ccjpl (num.): *score* calculado para relatorias, na CCJC, de Projetos de Lei. Corresponde aos resíduos normalizados estimados por Binomial Negativa apenas com a constante, multiplicado por 0,15.
scores_ccjplp (num.): *score* calculado para relatorias, na CCJC, de Projetos de Lei Complementar. Corresponde aos resíduos normalizados estimados por Binomial Negativa apenas com a constante, multiplicado por 0,19.
scores_mp (num.): *score* calculado para relatorias de Medidas Provisórias. Corresponde aos resíduos normalizados estimados por Binomial Negativa apenas com a constante, multiplicado por 0,15.
scores_pec (num.): *score* calculado para relatorias, em Comissão Permanente diferente da CCJC, de Propostas de Emendas à Constituição. Corresponde aos resíduos normalizados estimados por Binomial Negativa apenas com a constante, multiplicado por 0,23.

scores_pl (num.): *score* calculado para relatorias, em Comissão Permanente diferente da CCJC, de Projetos de Lei. Corresponde aos resíduos normalizados estimados por Binomial Negativa apenas com a constante, multiplicado por 0,15.

scores_plp (num.): *score* calculado para relatorias, em Comissão Permanente diferente da CCJC, de Projetos de Lei Complementar. Corresponde aos resíduos normalizados estimados por Binomial Negativa apenas com a constante, multiplicado por 0,19.

media (num.): média simples das variáveis que compõem o indicador.

soma (num.): soma das variáveis que compõem o indicador.

somaproduto (num.): soma dos produtos das variáveis que compõem o indicador.

score (num.): média ponderada das variáveis que compõem o indicador. *Score* bruto do índice de influência.

ifi (num.): *score* reescalonado do índice de influência para o intervalo entre 0 e 10. Valor final do indicador.

rankf (num.): posição do parlamentar conforme o índice de influência em ordem decrescente, valores idênticos são classificados como empates indicando uma mesma posição no ranking.